

A SEGURANÇA ENERGÉTICA CHINESA E O PAPEL DA AMÉRICA DO SUL

CHINESE ENERGY SECURITY AND THE ROLE OF SOUTH AMERICA

Jacqueline A. Haffner | jacqueline.haffner@ufrgs.br | Professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

André Valente Maia | andrevmaia@gmail.com | Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Recebimento do artigo Julho de 2022 **Aceite** Outubro de 2022

Resumo: O petróleo é um recurso natural fundamental para a sociedade atual e muitos países precisam buscar esse recurso em fontes externas. O objetivo deste artigo é analisar a segurança energética chinesa e a importância da América do Sul para este país, já que a China é um importante comprador e investidor no setor petrolífero da região. Para tal, realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica. A pergunta de pesquisa é: É a América do Sul importante na atração do investimento chinês no setor petrolífero? Evidenciamos a inserção da região na política de diversificação de fornecedores e o potencial energético em longo prazo da China. **Palavras-chave:** China; América do Sul; segurança energética; petróleo.

Abstract: Oil is a fundamental natural resource for today's society and many countries need to seek this resource from external sources. The purpose of this article is to analyze Chinese energy security and the importance of South America for this country, since China is an important buyer and investor in the region's oil sector. To this end, we carried out a documentary and bibliographic research. The research question is: Is South America important in attracting Chinese investment in the oil sector? We highlight the region's insertion in the policy of supplier diversification and China's long-term energy potential. **Keywords:** China; South America; energy security; oil.

1. INTRODUÇÃO

A energia é vital para a preservação da vida. O mundo, tal qual nós conhecemos hoje, exige a manutenção do fornecimento de energia, seja oriunda do sol, dos oceanos ou da terra. Diferentemente de outras formas de vida, os seres humanos incluíram em sua matriz energética fontes de energia não renováveis e o desenvolvimento tecnológico foi possibilitando e exigindo quantidades cada vez maiores de recursos. Entretanto, o modelo de sociedade na qual estamos inseridos hoje depende de fontes energéticas pouco diversificadas. Dentre as fontes energéticas primárias destacam-se a participação do petróleo, do carvão e do gás natural, os quais corresponderam a aproximadamente 80% do consumo energético mundial no ano de 2018, mantendo o padrão de várias décadas. O petróleo que chegou a representar 50% do consumo global de energia no final dos anos 1980 teve sua participação reduzida para aproximadamente 35% em 2018. Em contrapartida, o gás natural vem ampliando a sua participação. De qualquer forma, a posição ocupada por estas três fontes energéticas, em uma escala de maior para o menor consumo, se manteve as mesmas nos últimos 40 anos, sendo o petróleo, o carvão e o gás natural os mais utilizados (BP, 2019).

A composição da matriz energética de cada país se dá conforme os recursos disponíveis sejam em seu território ou através do mercado internacional. Este é o caso da China, que em 2018 teve o carvão (58%), o petróleo (20%) e a hidroeletricidade (8%) como as principais fontes de energia (BP, 2019).

Sendo assim, a partir de 2011, a China passou a ocupar a primeira posição no ranking mundial de consumo de energia (EIA, 2015). Embora o petróleo não seja a maior fonte de energia para a China, o país é o segundo maior consumidor mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (BP, 2019). A questão do petróleo desperta considerável atenção na política energética chinesa, uma vez que 69% do consumo em 2018 dependeu das importações (IEA, 2018), tornando o país o maior importador mundial de petróleo desde 2017 (EIA, 2018).

Diante da importância do petróleo e a dependência nas importações, este trabalho busca analisar a segurança energética chinesa e a relevância da América do Sul para este país. Para tal, procederemos a uma análise de fontes secundárias qualitativas quanto à segurança energética chinesa e de dados quantitativos referentes ao acesso ao petróleo da América do Sul pela China. Em um primeiro momento, discutiremos o conceito de segurança energética e as diversas abordagens na literatura existente para em seguida analisarmos a questão energética na China, buscando evidenciar a estratégia utilizada a fim de garantir o suprimento dos recursos necessários. Neste sentido, vale a pena enfatizar que o objetivo da China com a América do Sul é de comprar petróleo cru, destacando que o país tem investido internamente, por meio de suas estatais, na expansão da infraestrutura para produzir derivados de petróleo. Observa-se que o país asiático se encontra numa posição de elevada dependência do óleo cru. Por fim, a América do Sul será analisada sob a luz da estratégia chinesa para a região. O argumento defendido é que a América do Sul faz parte da estratégia chinesa de diversificar seus fornecedores de energia, ao mesmo tempo em que apresenta potenciais capacidades para a ampliação da produção e espaço para a participação chinesa.

2. SEGURANÇA ENERGÉTICA: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

O desenvolvimento social e econômico mantém relação direta com o desenvolvimento das fontes energéticas, principalmente após o advento da sociedade moderna. A busca por estratégias para garantir o acesso aos recursos e manter o seu fornecimento abarcam questões que envolvem temas econômicos, políticos, securitários e geoestratégicos (TASCA, 2018) capazes de alterar a dinâmica entre os diversos atores no cenário mundial. Se há trinta anos os principais consumidores e importadores de petróleo eram os países com economias avançadas e desenvolvidas, recentemente os países com economias em desenvolvimento passaram a exercer um papel de destaque no cenário energético global. Devido a isso, os conceitos de segurança energética foram gestados a partir da experiência desses países desenvolvidos, não considerando a experiência dos demais (WEI, 2019).

A partir disso, é possível traçar as condições históricas nas quais energia e segurança passaram a compor uma questão específica, tendo o petróleo desempenhado forte influência na construção conceitual. Assim, a importação de petróleo foi associada à segurança energética dos países. Segundo Bridge (2015), o uso moderno do termo energia é uma invenção do século XIX que teve como objetivo possibilitar que os diferentes tipos de materiais utilizados pudessem ser medidos a partir de suas capacidades de geração de calor e energia. Isso fez com que a energia fosse desmaterializada de sua forma material, fazendo com que vento, água, biomassa, combustíveis fósseis, dentre outros, fossem todos enquadrados como energia. Da mesma forma, as formulações de segurança são igualmente abstratas, deixando escapar as particularidades das formas e causalidades.

De acordo com a teoria da securitização, um problema político torna-se um problema de segurança se um agente consegue defini-lo como uma ameaça ou uma prioridade que justifique um tratamento especial ou uma intervenção por meios extraordinários (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998). No caso da energia, securitização se refere a um processo social no qual questões sobre energia são enquadradas como questões de segurança. Essa interpretação se baseia na concepção construtivista da Escola de Copenhague de Relações Internacionais, no qual o “ato de fala” eleva o objeto de segurança acima da política cotidiana (BUZAN; WÆVER, 2009).

A aglutinação da energia com segurança vai produzir um conceito que na visão de Bridge (2015) carece de especificação, possibilitando uma ampla variação de ações e licenciamento de tecnologias que vão desde parques eólicos à energia nuclear, interferindo em questões sociais como acesso público, direitos de passagem, entre outros. A segurança energética como discurso é um significante vazio, ou seja, um conceito consideravelmente mais concreto que o objeto ao qual se refere. Devido a elasticidade do conceito, permite a existência de variadas conotações, as quais se encaixam em contextos sociais diversos e atendam a objetivos específicos daquele momento (PAIVA; CASTRO; LIMA, 2017).

A inserção do petróleo em questões de segurança pode ser notada a partir da substituição do carvão pelo petróleo como fonte energética da marinha britânica no início do século XX (YERGIN, 1991). Entretanto, na década de 1970, o impacto político provocado pelos choques do petróleo fez com que a segurança energética reemergisse no cenário político, devido à evidência da fragilidade do comércio mundial do produto. Isso aconteceu porque, no pós-guerra, o petróleo se generalizou como a principal fonte energética global. Essa reemergência e proliferação da segurança energética no cenário internacional foram motivadas, de acordo com Bridge (2015), por quatro

pontos: a liberalização do mercado energético, a mudança no centro geoeconômico e geopolítico em escala mundial, o declínio na produção em alguns países e aumento da dependência de importações e do petróleo e, por fim, pela expansão dos termos de segurança após o fim da Guerra Fria.

Mesmo que tenha havido uma proliferação das questões relacionadas à segurança energética no cenário internacional, a discussão sobre o assunto permanece restrita a um espaço determinado. No estudo de Grundmann, Scott e Wang (2013), foi evidenciada a importância do tema em espaços específicos e em mídias de grande circulação, demonstrando que esta ainda é uma preocupação restrita a determinados grupos. Mesmo restrito a um espaço determinado, não há um consenso sobre a definição de segurança energética. Sovacool (2011) utilizou-se de uma expressão atribuída a Aristóteles para dizer que quem controla a definição, controla o debate, demonstrando a disputa existente entre os diversos conceitos sobre o tema. No mesmo trabalho Sovacool (2011) elencou 45 definições diferentes, das quais algumas priorizaram a segurança no fornecimento e acessibilidade e outras enfatizaram a disponibilidade, a eficiência energética, o comércio, a qualidade ambiental e a administração social e política. Na mesma direção, Ang, Choong e Ng (2015) identificaram na literatura 83 definições para o tema, dentre estas se destacaram a questão da disponibilidade, considerada em quase todas as definições, e questões relacionadas ao meio ambiente, governança e eficiência energética, as quais emergiram no debate mais recentemente.

Dentre a variedade de definições utilizadas para segurança energética Lu et al. (2014, p.4) afirmam que a mais utilizada é a desenvolvida pela International Energy Agency (IEA), a qual define: “segurança energética é a disponibilidade física ininterrupta de recursos a um preço acessível, respeitando as questões ambientais”. Mesmo que muitas pesquisas sejam focadas em aspectos mais específicos como a segurança no fornecimento, disponibilidade e preço, outras buscam uma maior abrangência para incorporar questões ligadas à capacidade de refinamento, impactos econômicos e sociais (ANG; CHOONG; NG, 2015).

Na medida em que as reservas de petróleo são fontes finitas, o controle destas constitui um fator de desequilíbrio entre os países e, ao mesmo tempo, podem funcionar como motivadores para muitos conflitos internacionais, mesmo que de forma velada. Essa perspectiva geopolítica conforma-se com uma busca pelo acesso dos recursos, uma corrida pelo que resta (KLARE, 2012). Entretanto, é preciso observar que as práticas e estudos sobre segurança energética não se restringem a uma lógica exclusiva à guerra. Ciuta (2010) propõe que a energia é uma questão de segurança por ser tanto a causa quanto o instrumento para a guerra, o que o autor chama de lógica da guerra. Para além da guerra, a energia também é considerada uma necessidade vital para o funcionamento das sociedades, Estados, exércitos e economias, ou seja, todos precisam de energia, a qual é chamada de lógica da subsistência (CIUTA, 2010).

A literatura sobre segurança energética pode ser dividida em dois conjuntos, segundo Xu Yi-Chong (2006). O primeiro conjunto está focado na energia, não só em garantir o suprimento adequado via fornecedores e/ou fontes confiáveis a um preço estável, mas também garantir toda a cadeia energética do país, assegurando o abastecimento dos consumidores finais. O segundo conjunto tem como foco a segurança, centrado no Estado, cuja preocupação é manter o fornecimento e compensar sua vulnerabilidade em questões externas, uma vez que depende das importações para atender o seu consumo, o que pode levar a disputas internacionais no processo de acesso e obtenção do produto.

A diversidade de definições adotadas para a segurança energética foi sendo gestadas a partir das experiências históricas, principalmente dos países importadores de petróleo (BRIDGE, 2015). Também é necessário considerar as mudanças sociais, o avanço da tecnologia, a ampliação de uma consciência sobre sustentabilidade e mudanças climáticas na reformulação dos conceitos (ANG; CHOONG; NG, 2015). Essa dinamicidade do conceito tem a capacidade de ampliar suas bases de aplicação, ao mesmo tempo em que permite a inclusão de novos temas, como foi o caso das questões ambientais, também justifica determinadas ações e políticas com base na segurança energética (ANG; CHOONG; NG, 2015; SOVACOOOL, 2011).

A compreensão do desenvolvimento histórico do conceito nos auxilia a ingressarmos no próximo tópico com um olhar mais atento sobre o significado do ingresso da China no mercado internacional, principalmente do setor energético, uma vez que a grande necessidade por energia para manter o desenvolvimento econômico alterou a relação entre os atores nessa “corrida pelo que resta”. Para atender aos objetivos propostos neste trabalho, optamos por considerar apenas um dos elementos da segurança energética discutidos anteriormente, qual seja, a centralidade do Estado em garantir o acesso e o fornecimento de petróleo necessário ao país.

3. A QUESTÃO ENERGÉTICA NA CHINA

O consumo mundial de petróleo tem crescido constantemente. Entre os anos de 1990 e 2010 a taxa média foi de 1,3% ao ano, enquanto a demanda chinesa cresceu 5,7% (W. WU, 2015). Em 2018, o crescimento global foi de 1,5% e a China e os Estados Unidos foram os países que mais contribuíram para este crescimento, sendo que o gigante asiático representou 49% do crescimento e os Estados Unidos 36% (BP, 2019). Nos primeiros quatro meses de 2019, o consumo mundial teve um crescimento de 1,1%, enquanto o consumo da China cresceu 3% e dos Estados Unidos 1,4% (WORLD BANK GROUP, 2019).

Dados de 2018 indicam que as reservas petrolíferas chinesas correspondem a 1,5% do total mundial, o que coloca o país na 13ª posição dentre os países com as maiores reservas de petróleo (BP, 2019). Com relação a produção mundial, neste mesmo ano, a China foi responsável por 4,2%, ocupando a 7ª posição (BP, 2019). A China manteve a autossuficiência em petróleo até o início dos anos 1990, quando passou a depender das importações do produto, alterando o seu status de autossuficiente e exportador. Identifica-se, neste sentido, que à medida que a dependência da China em óleo cru cresceu, o país investiu na ampliação da sua capacidade de refino para que essa dependência não se transformasse em dependência de derivados. No caso do gás natural, as importações superaram a produção do país no ano de 2007 e, o carvão, principal produto da matriz energética chinesa, em 2009 (K. WU, 2014).

Quando analisamos os dados relativos às reservas energéticas chinesas, percebemos que o país tem considerável participação no total mundial, possuindo a maior reserva de energia hídrica e a terceira maior em carvão. Entretanto, cabe destacar que a reserva energética per capita é muito inferior à média mundial, principalmente para o petróleo (WEI, 2019), e o consumo energético per capita, comparado aos países desenvolvidos, é ainda menor (SONG; ZHANG; SUN, 2019).

Embora a China faça parte dos 10 maiores produtores mundiais de petróleo, sua capacidade de produção deixou de ser capaz de suprir a demanda, por isso passou a depender de importações a partir de 1993. O crescimento econômico chinês passou a exigir um volume crescente de energia, fazendo com que o país se tornasse o maior consumidor de energia em 2011 (EIA, 2015), em 2013 passou a ser o maior importador líquido de petróleo (importações menos exportações) (EIA, 2014) e, em 2017, tornou-se o maior importador bruto em termos quantitativos (EIA, 2018). Apesar de o petróleo representar 20% da composição energética em 2018, 69% foi oriundo de importações, o que significa uma grande dependência de fontes externas (IEA, 2018). Fica evidenciada a escassez deste recurso energético, demonstrando que o crescimento econômico chinês representa um marco importante no setor energético mundial.

A importância da energia, em particular o petróleo, e a garantia de seu fornecimento é compreendida como uma responsabilidade do Estado e das empresas estatais chinesas. Com isso, a segurança ou insegurança energética depende das ações tomadas por estes órgãos (BRIDGE, 2015). Isso faz com que o petróleo seja visto, pelos líderes chineses, como um produto demasiado importante para deixar que o mercado regule a sua disponibilidade e preço. A sua importância, tanto para o desenvolvimento econômico como também para questões militares, o torna um produto vital para o funcionamento do Estado e, com isso, o petróleo passa a ser uma questão de segurança nacional (NYMAN, 2014; WEI, 2019; ZIEGLER, 2006), uma vez que está vinculado às principais bases de segurança nacional de um país, ou seja, econômicas e políticas (WEI, 2019).

A distribuição geográfica dos recursos petrolíferos em diversos países e em diferentes continentes ultrapassa as relações comerciais. A atuação do Estado através dos diversos canais disponíveis para ampliar a aproximação entre países visa possibilitar um relacionamento favorável para o fornecimento estável de petróleo, da mesma forma contribui para o acesso das fontes petrolíferas quando disponíveis. Assim, a diplomacia passa a ser uma das ferramentas utilizadas pela China na ampliação do acesso aos recursos petrolíferos (KLARE, 2016), possibilitando a ampliação de sua participação na maioria das regiões exportadoras de petróleo e gás (DUARTE, 2014), sendo que a participação das empresas estatais do país teve participação decisiva neste processo. O aumento da dependência nas importações e o risco associado ao suprimento energético refletem na segurança nacional, na formulação de estratégias políticas e diplomáticas em âmbito internacional, influenciando a sua política externa (WEI, 2019; ZIEGLER, 2006).

Segundo o estudo de Lee (2019), a formulação da política externa chinesa é influenciada pela questão energética. Este autor analisou a relação da política externa chinesa com países produtores de petróleo através de três instrumentos: parceria estratégica, ajuda

externa e visitas dos líderes chineses. O resultado apresentado demonstrou que países dotados de recursos naturais, especialmente petróleo, têm maior probabilidade de estabelecer parcerias estratégicas, principalmente parcerias estratégicas abrangentes com Beijing, ao mesmo tempo em que o número de visitas realizadas pelas lideranças chinesas ocorreu em maior quantidade. Para o caso da ajuda externa, este instrumento é mais utilizado em países africanos, porém guarda forte relação com os países produtores de petróleo (LEE, 2019). Na execução dessa diplomacia energética, o governo central, o Ministério das Relações Exteriores e as empresas são os principais atores (WEI, 2019). Na prática, foi uma integração entre os objetivos da segurança energética com a política externa e os esforços diplomáticos que possibilitaram uma ampliação nas relações bilaterais e nos acordos petrolíferos com países ricos em petróleo (TAYLOR, 2014).

A diplomacia energética consistiu em uma estratégia do governo chinês para enfrentar os desafios diante do fim da autossuficiência, no início dos anos 1990. Segundo Taylor (2014), o primeiro desafio foi a incapacidade de manter o suprimento apenas com a produção interna e, com isso, passar a depender das importações em um momento em que a modernização do país estava em andamento. O segundo desafio ocorreu durante a primeira década dos anos 2000, quando o preço do petróleo aumentou aproximadamente 500%, dos US\$ 30 em 2003 atingindo US\$ 147 em julho de 2008, momento em que a indústria pesada passava por uma reestruturação.

A ampliação da lacuna entre produção e consumo teve como consequência o aumento na dependência do mercado externo. Da mesma forma, a participação da China no mercado energético passou a influenciar o valor do produto no mercado mundial. Isto se deve a grande necessidade que tem de comprar energia e, ao mesmo tempo, porque se tornou também um comercializador de petróleo. Neste sentido, a manutenção estável dos preços, garantir um fornecimento externo estável, desenvolver a produção doméstica e o conhecimento científico, a diversificação das importações, melhorar as condições dos oleodutos transnacionais, passaram a compor a estratégia chinesa de segurança energética (MUYZENBERG; ISSOVA; JUMATAI, 2018; NUNES, 2018; ZHENG, 2017).

A diversificação passou a obter maior enfoque a partir da guerra do Iraque em 2003 devido a instabilidade da região e o domínio geoestratégico dos Estados Unidos. Essa região era responsável pelo maior percentual das importações de petróleo chinês, ultrapassando os 50%, segundo dados do COMTRADE (UN, 2019). Diversificar geograficamente as fontes de petróleo externo era uma questão de segurança energética (TAYLOR, 2014). Entretanto, tal estratégia consistia na ampliação dos fornecedores de petróleo, mas também ampliar a participação das empresas estatais petrolíferas chinesas na extração e produção no exterior. Esse movimento das petrolíferas chinesas em busca de recursos em outros países começou no início dos anos 1990, assim que o país deixou de ser autossuficiente em petróleo. Com o aumento no preço do petróleo, essa diretriz se intensificou a partir dos anos 2000, quando os investimentos se expandiram, buscando incluir um grande número de países (MOURA, 2018).

Desta forma, a presença chinesa começou a ser percebida em diversos setores e em diferentes países. A busca por oportunidades de investimentos no setor petrolífero no exterior despertou a atenção de muitos atores do cenário mundial. O ingresso tardio da China no mercado energético mundial e sua necessidade energética fez com que emergisse uma preocupação com relação a sua grande demanda, levando alguns a argumentar que isso ameaçaria a disponibilidade de petróleo para outros países (W. WU, 2015). A presença das petrolíferas chinesas na exploração, desenvolvimento e produção de petróleo no exterior contribuiu para a ampliação de uma tendência de politização das questões energéticas interferindo nas atividades chinesas no exterior e a participação da China no mercado energético para este setor, como foi o caso do boicote nas tentativas de compra de petrolíferas na Rússia e nos Estados Unidos (WEI, 2019). Essa politização resultou na construção de uma ameaça externa representada pela China. Segundo Trombetta (2018) essa percepção é reforçada pelas práticas das petrolíferas chinesas diante de seu poder, posição de monopólio e os privilégios financeiros que possuem no país. Por outro lado, vários países com poucos recursos viram na internacionalização chinesa uma oportunidade para desenvolver novas fronteiras petrolíferas.

Embora a ameaça chinesa seja intuída por outros países, o uso da força militar ou qualquer outra ferramenta coercitiva para apoderar-se do petróleo ou controlar rotas de transporte está ausente da política chinesa até o momento. A sua estratégia de diversificação e estabilidade no fluxo e preços não são fontes de conflito (CHÁVEZ; LEE, 2019). Por outro lado, o fato da China ser o maior importador de petróleo e possuir grande dependência no mercado internacional, como também a busca por acesso direto a recursos, pode desencadear conflitos. Assim como o conflito é uma das possibilidades, o inverso também é possível, ou seja, a vulnerabilidade energética chinesa pode levar a um ambiente de cooperação com os países rivais que também dependem das importações de petróleo através de organizações multilaterais e fóruns (ZIEGLER, 2006).

Este é o argumento defendido por Zhang, Ji e Fan (2013). Segundo os autores, a segurança no transporte, o fornecimento efetivo e um mercado estável são elementos de interesse comum entre consumidores e produtores de petróleo. Com isso, a China deveria fortalecer as relações de cooperação com produtores de petróleo e, ao mesmo tempo, estabelecer um diálogo com outros países importadores para que juntos possam encontrar soluções para a escassez do produto e evitar conflitos.

Após o período de reformas e abertura realizadas no final dos anos 1970, a China buscou ampliar sua inserção no mercado mundial. Para Ziegler (2006), as evidências sugerem que a demanda energética chinesa acelerou a proeminência do país internacionalmente, ao mesmo tempo em que buscou reforçar os aspectos cooperativos da política externa do país. Neste sentido, o governo chinês passou a incentivar suas petrolíferas a buscarem no exterior recursos petrolíferos, porém essas estatais careciam de experiência e tecnologia, e contaram com o apoio financeiro e político do Estado chinês (TAYLOR, 2014). Embora o petróleo fosse o principal objetivo na internacionalização das petrolíferas, tecnologia e experiência eram de extrema importância para que o processo de internacionalização continuasse avançando, já que a indústria de petróleo tem um grande diferencial tecnológico a depender das áreas exploradas. A estratégia adotada foi buscar parcerias com petrolíferas de outros países, especialmente nos países em desenvolvimento (ZHANG, 2015). Observava-se um relativo atraso das operadoras chinesas, mas as empresas tinham um acúmulo importante de know-how no desenvolvimento da produção de petróleo na China, bem como tinham um parque de refino consideravelmente amplo. Assim, a política externa de cooperação chinesa se coaduna com a necessidade de sanar as lacunas existentes na segurança energética. Os desafios técnicos foram um incentivo para a associação na exploração e produção, da mesma forma que o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento exigiu maior consumo energético, sendo necessário o estabelecimento de uma estratégia de cooperação e parceria, gerando o aumento da interdependência de países e regiões na segurança energética, uma vez que a política de autossuficiência se mostrou incapaz de atender a demanda interna (WEI, 2019).

Percebe-se que a participação das petrolíferas chinesas na segurança energética é relativizada por alguns autores. A capacidade de produção externa ainda é pequena quando comparada com a necessidade energética chinesa, além do que parte considerável das reservas petrolíferas mundiais está localizada em países que não permitem a participação de capitais externos (MOURA, 2018). Isso significa que dificilmente as petrolíferas do país terão capacidade de fornecer todo o petróleo necessário. Outro ponto a ser observado é que apenas uma pequena parcela da produção externa é enviada para a China, enquanto a maior parte é comercializada no mercado internacional, isso demonstra que a estratégia chinesa não é apenas assegurar os recursos petrolíferos, mas também ampliar a sua participação no mercado, buscando exercer um papel de influência na produção e no preço (HOGENBOOM, 2014). Neste ponto, é importante mencionar que a estratégia está mais focada em diversificar as importações junto às empresas estrangeiras e apostar no desenvolvimento interno do parque de refino, realizado pelas estatais, para não replicar a dependência no mercado de combustíveis.

Embora a prática atual seja a comercialização do petróleo no mercado mundial, em um momento de crise, possibilitaria direcionar essa produção diretamente para seu território (TAYLOR, 2014). Tal alternativa, apesar de possível, desconsidera outros elementos da segurança internacional, principalmente o transporte, visto que em um momento de crise ou agravamento das tensões, a posse dos recursos não garante que os mesmos cheguem até o país, devido a fragilidade das rotas comerciais em um momento de disputas internacionais. Com isso, as petrolíferas chinesas, segundo Shaofeng (2011), tiveram algum progresso na busca externa por petróleo, contribuindo na ampliação das reservas disponíveis. Porém, não houve uma significativa contribuição para a segurança energética chinesa.

Da mesma forma que elencamos o papel das petrolíferas na segurança energética chinesa, precisamos pontuar o papel do Estado chinês no desenvolvimento das petrolíferas. O incentivo chinês na expansão de suas petrolíferas contribuiu para torná-las competitivas como atores comerciais (ZHANG, 2015), possibilitando ampliar a credibilidade destas empresas para aproveitar futuras oportunidades de investimentos. Apesar dos esforços e do trabalho conjunto entre governo e petrolíferas, o sistema energético chinês vem enfrentando problemas na racionalização das relações entre as diversas autoridades e na centralização do controle e gerenciamento energético (WEI, 2019). Para Howell (2009), a China, assim como muitos outros países importadores de petróleo, não possui uma estratégia de segurança energética abrangente. A ausência de um Ministério de Energia com capacidade de gerenciamento e decisão central faz com que muitas vezes as políticas centrais deem lugar a competições entre grupos de interesse com retóricas exageradas e iniciativas a níveis locais. Embora tenha sido criada a Administração Nacional de Energia em 2008 e a Comissão Nacional de Energia da China em 2010, o controle do setor energético ainda é descentralizado e disperso, muitas vezes provocando uma sobreposição e redundância de funções, gerando

confusão e ineficiência (WEI, 2019).

A estratégia de expandir as reservas externas de petróleo e gás e ampliar a competitividade das petrolíferas faz parte da política do governo chinês para elevar sua segurança energética. Duas ações se destacam: as aquisições e os empréstimos por petróleo (ZHANG, 2015). Como elucidado anteriormente, a maior parte da produção além-mar das petrolíferas chinesas são comercializadas no mercado internacional. Isso demonstra que a participação chinesa no setor contribuiu para a expansão e diversificação no sistema de fornecimento energético global (ZHANG, 2015), uma vez que muitos dos investimentos chineses se deram em regiões que não havia interesse das empresas ocidentais (HOGENBOOM, 2014).

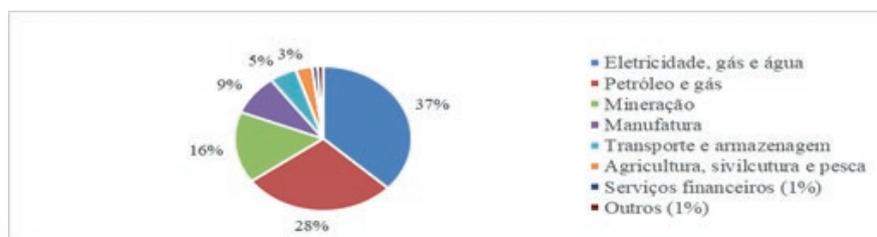
Desta forma, a dependência nas importações fez com que o governo chinês buscasse diversificar seus fornecedores, o que pode ser comprovado através da análise da origem das importações de petróleo, se em 1993 eram 24 fornecedores, em 2018 foram 46. Em termos de quantidade, também houve uma melhor distribuição, se os três principais fornecedores representaram 62% das importações em 1993, chegando a 76% em 1994, estes representaram 38% em 2018 (UN, 2019). Ao longo deste período, a estratégia de diversificação foi se ampliando, incluindo novos fornecedores, dentre eles os países da América do Sul, os quais analisaremos a seguir.

4. A AMÉRICA DO SUL NA SEGURANÇA ENERGÉTICA CHINESA

Durante a realização do primeiro Fórum China-CELAC, realizado no início de 2015 em Beijing, foi discutido o Plano de Cooperação Sino-Latino-Americano e Caribenho 2015-2019 que estabeleceu as principais áreas para cooperação, dentre elas energia e recursos, comércio e investimento, desenvolvimento em infraestrutura, financeiro, indústria, agricultura, ciência e tecnologia, política e segurança, além da interação entre os povos (CHAI; YUE, 2019). No ano anterior, durante a visita do presidente chinês Xi Jinping a quatro países latino-americanos, Brasil, Argentina, Venezuela e Cuba, o então presidente propôs uma estrutura de cooperação chamada “1 + 3 + 6” estabelecendo “um plano”, que seria o Plano de Cooperação Sino-Latino-Americano e Caribenho, onde haveria três ferramentas de cooperação: comércio, investimentos e finanças em seis áreas prioritárias: energia e recursos, construção de infraestrutura, agricultura, indústria, inovação científica e tecnologia e tecnologias da informação (CHINA, 2014).

No entanto, a presença chinesa na região sul-americana não é uma realidade iniciada a partir da realização do primeiro Fórum China-CELAC em 2015. As relações comerciais e os investimentos no setor energético remontam à década de 1990, quando a China National Petroleum Corporation (CNPC) assinou o seu primeiro contrato no exterior, estabelecendo-se no Peru em 1993, no Bloco 7 do Campo Petrolífero de Talara e em junho de 1997 venceu uma licitação para exploração do campo petrolífero de Intercampo e East Caracoles na Venezuela (CNPC, 2009). O que ocorreu a partir da virada do século foi uma crescente aproximação da China com os países da região, principalmente aqueles dotados com recursos naturais. Isso pode ser evidenciado pelo expressivo aumento nas relações comerciais e nos investimentos, principalmente focados em recursos naturais (NUNES, 2018). O gráfico 1 apresenta os investimentos da China na A.L entre 2005-2020, pode-se observar que o maior investimento é no setor eletricidade é o segundo no de energia:

Gráfico 1
Distribuição setorial das aquisições chinesas na América Latina (2005-2020 em %)



Fonte: Cepal (2021).

Observa-se que a estratégia chinesa de diversificação dos seus fornecedores de petróleo fez com o seu relacionamento energético fosse ampliado para países fora da região do Oriente Médio, isso incluiu os países dotados de petróleo na América do Sul (como apresentado no gráfico 1). Nas últimas décadas, a região foi inserida na estratégia chinesa de obter acesso aos recursos petrolíferos disponíveis. Segundo Sutter (2012), a América Latina foi uma das regiões do terceiro mundo que não despertou considerável atenção dos chineses, pelo menos até o início do século XXI (LIANG, 2019). Cabe destacar que o interesse chinês não está focado na região como um todo, há um direcionamento de sua estratégia para países específicos, dotados de recursos naturais como: Brasil, Argentina, Venezuela, Peru e Equador (LIANG, 2019).

Quadro 1 - Cinco maiores países no acumulado (2005-2018)

	IED Total	IED em Energia	IED em Petróleo	Exportações em valor	Reservas
1.	Brasil	Brasil	Brasil	Venezuela	Venezuela
2.	Peru	Venezuela	Argentina	Brasil	Brasil
3.	Argentina	Argentina	Venezuela	Colômbia	Equador
4.	Venezuela	Equador	Peru	Argentina	Guiana
5.	Equador	Peru	Equador	Equador	Argentina

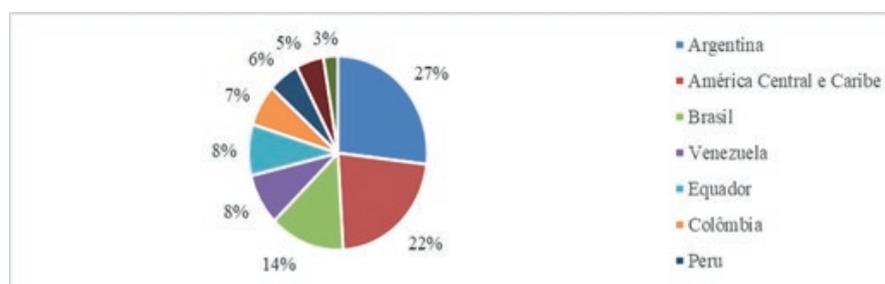
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados em ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY (2020); AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2020); EIA (2018); BP (2019); COMTRADE (2019) e ExxonMobil (2018).

A partir da análise dos dados relativos ao IED total, IED no setor energético e petrolífero, exportações de petróleo para a China e reservas petrolíferas, Argentina, Brasil, Equador e Venezuela estão dentre os cinco principais países em todas as categorias (Quadro 1).

Para atingir os objetivos de estabelecer e aprofundar relações econômicas e energéticas, a China utilizou-se de diferentes recursos, através de uma abordagem multifacetada, fez uso de investimentos, empréstimos, novas linhas comerciais e acordos políticos. Este engajamento frequentemente recebe apoio financeiro e diplomático do país (VASQUEZ, 2019). O estabelecimento de parcerias estratégicas constituiu uma das ferramentas utilizadas para aprofundar as relações com os países sul-americanos citados anteriormente, os quais têm parcerias estratégicas estabelecidas com a China. Neste sentido, no gráfico 2, podemos observar dados sobre os projetos em infraestrutura por parte da China na região:

Gráfico 2

Projetos de infraestrutura: empresas chinesas na América Latina (2005-2020 em %).



Fonte: Red ALC-China (2021).

Entre 2005 e 2020, foram mais de US\$ 94 bilhões distribuídos em 138 projetos na América Latina, dos quais cerca de metade (US\$ 44 bilhões) se caracterizam como pertencentes ao setor de energia (hidrelétricas, usinas eólicas e solares, redes de transmissão, gasodutos, oleodutos etc.). A Argentina constitui mercado para cerca de 27% desses projetos, representando um montante de US\$ 25,2 bilhões.

Desta forma, as relações com a região têm provocado implicações estratégicas, gerando debate no campo acadêmico e político. Por um lado, há a suspeita de que os interesses chineses na região ameaçam o comércio e os fluxos de investimentos no petróleo, dominado pelos interesses estadunidenses, podendo afetar a segurança energética dos Estados Unidos. Por outro lado, há quem considere essas preocupações exageradas, visto que a participação chinesa na região é demasiado limitada (HONGBO, 2014). Os Estados Unidos historicamente foram importadores do petróleo da região, porém, as descobertas de reservas de xisto e o avanço tecnológico que permitiu a sua extração fizeram com que as importações fossem gradativamente reduzidas. O aumento da produção dos Estados Unidos simultaneamente ao crescimento da demanda chinesa alterou o cenário petrolífero da América do Sul, levando os países da região a buscar na China um novo parceiro comercial (VASQUEZ, 2018). Observa-se, desta forma, que a China buscou as oportunidades para gradualmente se posicionar como um mercado alternativo para a região, diversificando as relações econômicas e políticas da América do Sul (HONGBO, 2014). A crise financeira de 2007-2008 e a queda no preço do petróleo disponibilizaram alguns ativos petrolíferos, dos quais as petrolíferas chinesas aproveitaram a oportunidade de inserção e intensificaram os investimentos no setor (KOCH-WESER, 2015).

Nota-se que a mudança no setor petrolífero dos Estados Unidos reduziu o comércio de petróleo com os países produtores na América do Sul que viram na China uma alternativa para escoar a sua produção. A fabricação de petróleo na América do Sul, que era de aproximadamente 366 milhões de toneladas em 2008, chegou a atingir 386 milhões em 2015, mas foi reduzida para 325 milhões em 2018 (BP, 2019). A maior alteração está relacionada às reservas que, impulsionado por novas descobertas principalmente na Venezuela, que hoje possui a maior reserva do mundo, fizeram com que as reservas saltassem de aproximadamente 93 bilhões de barris em 1998 para 324 bilhões em 2018. Isso faz com que a região possua em torno de 19% das reservas petrolíferas do planeta, enquanto é responsável por apenas 7% da produção mundial (BP, 2019). Os dados demonstram que existe um enorme potencial produtivo na região.

Por meio de suas petrolíferas, o governo chinês tem buscado assegurar esses recursos, seja aproveitando as oportunidades e parcerias para o investimento externo direto, seja através dos empréstimos por petróleo ou do comércio internacional. Os investimentos no setor petrolífero no período 2005-2018 corresponderam a 23% do total realizado pela China nos países da América do Sul (AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION, 2019).

Como a disponibilidade de ativos petrolíferos não é uma constante e nem é a intenção de alguns países, a necessidade de atrair capitais ao país permanece. A estratégia utilizada pela China passou a ser o fornecimento de empréstimos em troca de petróleo. Até 2015, a China já havia assinado contratos deste tipo com nove países, sendo quatro sul americanos, Bolívia, Brasil, Equador e Venezuela, os quais representaram 45% do valor total (W. WU, 2015). Dados de 2014-2015 demonstram que os empréstimos por petróleo já haviam assegurado 668 mil barris de petróleo por dia nos países da América do Sul que, adicionados a produção das petrolíferas chinesas, atingiu um montante aproximado de 1 milhão de barris por dia, o que representa em torno de 11% da produção da região (ROCHA, 2016). Se todo esse petróleo fosse enviado diretamente para a China, representaria 20% das importações realizadas em 2014 (ROCHA; BIELSCHOWSKY, 2019). Na prática, o petróleo de posse dos chineses não é enviado diretamente para a China, mas sim comercializado em nível local. Dos dados apresentados anteriormente, 586 mil barris por dia não tiveram a China como destino, mas foram comercializados no mercado internacional (ROCHA, 2016). As possíveis razões estão relacionadas à falta de capacidade das refinarias chinesas em processar o petróleo oriundo da região, a segurança e o custo do transporte de longa distância. Além disso, a venda local do petróleo permite gerar receita para adquirir o produto em mercados mais próximos da China, mais adequado para a capacidade de suas refinarias (KOCH-WESER, 2015).

Constata-se que a China tem ocupado uma posição de destaque para o destino das exportações da América do Sul, geralmente a região é colocada como um exportador vital de commodities para a China, entretanto isso se refere mais a produtos agrícolas e ao minério do que energia (KOCH-WESER, 2015). A principal região exportadora de petróleo para a China continua sendo o Oriente Médio, porém desde o início dos anos 2000 a participação da região vem diminuindo, mas continua ocupando considerável importância, representando 44% das importações chinesas em 2018 (UN, 2019). Enquanto a participação do Oriente Médio apresentou um declínio, a América do Sul percorreu o caminho inverso. Até o início dos anos 2000, as exportações de petróleo da região sul-americana para a China eram pontuais e esporádicas. A partir de 2003, a participação da região passou a ser constante e crescente. Em 2003, o petróleo enviado para a China representava 0,92% das importações chinesas. Já em 2018, esse percentual passou para 13,42% (UN, 2019). Embora a importância da América do Sul nas importações de petróleo chinesa venha aumentando, a China passou a ocupar uma posição de maior destaque para os países da região, visto que é o principal, ou um dos seus principais, parceiros comerciais, inclusive para o petróleo. Em relação ao comércio

energético, isso faz da América do Sul mais dependente da China do que a China da América do Sul.

Embora a América do Sul não seja um dos maiores fornecedores de petróleo da China, a região possui relevância estratégica quanto ao transporte, propriedade, diversificação de fornecedores e espaço para ampliar a produção. Segundo Koch-Weser (2015), a região se posiciona como uma rota alternativa, pois o Oceano Pacífico permite desviar os principais pontos de estrangulamento, o Estreito de Hormuz e o Estreito de Malaca, por onde passa o petróleo oriundo do Oriente Médio e da África. Esses pontos de estrangulamentos são uma fonte de preocupação, visto que podem facilmente serem interrompidos em situações adversas do sistema internacional. As aquisições e investimentos no setor petrolífero da região representaram a maior parte do capital investido pelos chineses no setor energético mundial. A liberalização do setor durante os anos 1990 abriu o setor para negócios e o manteve nas décadas seguintes, o que difere de outras regiões em que há restrições no ingresso de empresas estrangeiras (PALACIOS, 2008). A busca pela diversificação de fornecedores objetiva reduzir a dependência de um único país ou região. Neste ponto, a estratégia de diversificação chinesa se coaduna com os interesses dos países da América do Sul em buscar alternativas para o comércio de petróleo frente a redução das importações do produto pelos Estados Unidos, devido às descobertas e exploração das reservas de xisto. A região apresenta uma desproporcionalidade em relação a suas reservas e a participação na produção mundial de petróleo. Isso amplia as perspectivas e possibilidades de participação nesse processo de desenvolvimento do setor, garantindo o acesso às fontes petrolíferas.

5. CONCLUSÃO

A importância do petróleo vai além de sua utilização como combustível, ele é matéria prima fundamental no desenvolvimento de tantos outros produtos. Por tratar-se de um recurso finito, desperta a atenção e é uma questão central na política de muitos países, tanto para os que carecem de tal recurso, como para aqueles que têm o petróleo como importante fonte de receita. Dessa forma, podemos pensar o petróleo como um dos combustíveis necessários para a economia e importante para a geopolítica mundial.

Como um dos elementos que compõem a matriz energética mundial, o petróleo é um dos elementos da segurança energética do mundo e dos diferentes países que dependem desta matéria-prima. Neste sentido, a literatura sobre segurança energética pode ser dividida em dois conjuntos, segundo Xu Yi-Chong (2006). O primeiro, focado na energia e o segundo, na segurança, cuja centralidade é o Estado.

No foco deste trabalho buscamos discutir este tema tendo como país central a China. O crescimento econômico vivenciado nas últimas décadas por este país desencadeou uma crescente demanda por recursos energéticos, dentre eles o petróleo. Diante da incapacidade de as reservas internas abastecerem a sua demanda, o governo chinês precisou buscar no exterior o petróleo necessário para o suprimento de suas necessidades.

Evidenciamos uma estratégia chinesa que vem buscando diversificar os seus fornecedores de petróleo a fim de reduzir a dependência em uma quantidade pequena de fornecedores. Em 2018, o país que ocupou a maior participação nas importações de petróleo da China foi a Rússia, com 15,48% (UN, 2019). Na medida em que há uma diminuição dos percentuais importados de cada país, há uma ampliação no número de países. Isso inseriu a América do Sul na lista de fornecedores de petróleo da China. Lentamente, a presença chinesa foi ampliando-se até tornar-se um dos principais destinos do petróleo da região, embora esta represente, ainda, um pequeno percentual no total das importações chinesas.

Ainda que o volume de petróleo sul-americano exportado diretamente para a China venha aumentando ao longo das últimas décadas, este pode ser facilmente compensado com um pequeno aumento nas importações de outros fornecedores. Sob este ponto de análise, pode-se inferir que a importância da América do Sul para a segurança energética chinesa não possui acentuada relevância. Entretanto, quando analisamos os dados sobre petróleo que os chineses têm acesso, percebemos uma ampliação na importância do petróleo sul-americano para a China. Ainda que o petróleo da região não seja enviado diretamente para a China, isso não descarta a importância do mesmo para a segurança energética chinesa. Portanto, cabe destacar que a evolução do relacionamento energético chinês com os países da região apresenta oportunidades de ampliação, tanto em investimentos no setor, quanto no comércio. Há uma capacidade

de ampliação no setor, o que pode ser evidenciado através da relação entre as reservas e a produção de petróleo na região. O futuro desse relacionamento vai depender das condições políticas e econômicas adotadas em cada um dos países da América do Sul com a China e das influências geopolíticas no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE; THE HERITAGE FOUNDATION (2019). **China global investment tracker**. Washington. Disponível em: <<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em: 30/05/2022
- ANG, B. W.; CHOONG, W. L.; NG, T. S. (2015). **Energy security: definitions, dimensions and indexes**. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, Amsterdam, v.42, p. 1077–1093, Feb. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.rser.2014.10.064>>. Acesso em: 30/05/2022
- ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. Atlas of Economic Complexity (2020). Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/explore>. Acesso em: 02/11/2020.
- BP (2019). **BP statistical review of world energy 2019. 68th ed.** London. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-full-report.pdf>>. Acesso em: 30/05/2022
- BRIDGE, G. (2015). **Energy (in)security: world-making in an age of scarcity**. *Journal*, London, v. 181, n. 4, p. 328–339. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/geoj.12114>>. Acesso em: 30/05/2022
- BUZAN, B.; WÆVER, O. (2009). **Macrosecuritisation and security constellations: reconsidering scale in securitisation theory**. *Review of International Studies*, Cambridge, v.35, n.2, p.253–276. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0260210509008511>>. Acesso em: 30/05/2022
- BUZAN, B.; WÆVER, O.; DE WILDE, J. (1998). **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner.
- CEPAL. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe**. Santiago: Naciones Unidas, 2021.
- CHAI, Y.; YUE, Y. (2019). **Sino-Latin American economic and trade relations**. Singapore: Springer. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/978-981-13-3405-4>>. Acesso em: 30/05/2022
- CHÁVEZ, N.; LEE, P. C. (2019). **Lo que el poder se llevó: la geoconomía de los recursos energéticos entre China y América Latina**. *Estado & Comunes: revista de políticas y problemas públicos*, [s.l.], v. 2, n. 9, p. 211–227. Disponível em: <https://doi.org/10.37228/estado_comunes.v2.n9.2019.126>. Acesso em: 30/05/2022
- CHINA. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. (2014). **Xi Jinping attends China-Latin America and the Caribbean summit and delivers keynote speech, comprehensively expounding China's policies and propositions toward Latin America, announcing establishment of China-Latin America comprehensive cooperative partn.** Beijing. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/xjpxcxjzgjldrdlchwdwbxagtwnrlgbjxgsfwbcxzlldrhw/t1176650.shtml>. Acesso em: 30/05/2022
- COMTRADE, UN. **United Nations Commodity Trade Statistics Database**. (2019). Disponível em: <<https://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em: 03/12/2019
- CIUT, F. (2010). **Conceptual notes on energy security: total or banal security? Security Dialogue**, Oslo, v. 41, n. 2, p. 123–144. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0967010610361596>>. Acesso em: 30/05/2022
- CNPC (2009). **Major events: 1991-2001**. [S.l.]. Disponível em: <<http://www.cnpc.com.cn/en/majorevents/201405/c28a26afebbe4f7cad740a0d6ed29fe8.shtml>>. Acesso em: 30/05/2022
- DUARTE, P. A. B. (2014). **China's energy (in)security: an assessment**. *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 139–147. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rmi.2014.9404>. Acesso em: 30/05/2022
- EIA (2014). **China is now the world's largest net importer of petroleum and other liquid fuels**. Washington. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=15531>>. Acesso em: 30/05/2022
- EIA (2015). **China international energy data and analysis**. Washington. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=CHN#:~:targetText=China became the largest global consumer behind the United States>>. Acesso em: 30/05/2022
- EIA (2018). **China surpassed the United States as the world's largest crude oil importer in 2017**. Washington. Disponível em:

- <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=34812>. Acesso em: 30/05/2022.
- EXXONMOBIL. **2018 financial and operating review (2018)**. Disponível em: <<https://corporate.exxonmobil.com/-/media/global/files/annual-report/2018-financial-and-operating-review.pdf>>. Acesso em: 04/10/2019
- GRUNDMANN, R.; SCOTT, M.; WANG, J. (2013). **Energy security in the news: North/South perspectives**. Environmental Politics, London, v. 22, n. 4, p. 571–592. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09644016.2013.806626>>. Acesso em: 30/05/2022
- HOGENBOOM, B. (2014). **Latin America and China's transnationalizing oil industry: a political economy assessment of new relations. Perspectives on Global Development and Technology**, Leiden, v. 13, n. 5–6, p. 626–647. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/15691497-12341321>. Acesso em: 30/05/2022
- HONGBO, S. (2014). **A model for energy cooperation between China and Latin America. Problemas del Desarrollo**, México, v. 45, n. 176, p. 9–30. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0301-7036\(14\)70848-X](https://doi.org/10.1016/S0301-7036(14)70848-X)>. Acesso em: 30/05/2022
- HOWELL, S. (2009). Jia You!: Chinese energy security strategy. In: LUFT, G.;
- KORIN, A. (Ed.). **Energy security challenges for the 21st century: a reference handbook**. Santa Barbara: Praeger Security International. p. 191–218. Disponível em: <<http://phavi.umcs.pl/at/attachments/2015/1103/124625-j-gal-luft-anne-korin-energy-security-challenges-for-the-21st-century-a-reference-handbook-2009-2-.pdf>>. Acesso em: 30/05/2022
- IEA (2018). **World energy outlook 2018**. Paris: OECD. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/weo-2018-en>. Acesso em: 30/05/2022.
- KLARE, M. (2012). **The race for what's left: the global scramble for the world's last resources**. New York: Metropolitan Books.
- KLARE, M. (2016). **No blood for oil? Hydrocarbon abundance and international security**. In: VAN DE GRAAF, T. et al.(Ed.). The Palgrave handbook of the international political economy of energy. London: Palgrave Macmillan. p. 419–440. Disponível em: <<https://doi.org/10.1057/978-1-137-55631-8>>. Acesso em: 30/05/2022
- KOCH-WESER, I. (2015). **Chinese energy engagement with Latin America: a review of recent findings**. The Dialogue, [s.l.]. Inter-American dialogue: China and Latin America. Jan. 2015. Disponível em: <<https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2019/07/ChinaLatinAmericaEnergy.pdf>>. Acesso em: 30/05/2022
- LEE, C. (2019). **China's energy diplomacy: does Chinese foreign policy favor oil-producing countries?** Foreign Policy Analysis, Oxford, v. 15, n. 4, p. 570–588. Oct. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/fpa/orz011>>. Acesso em: 30/05/2022
- LIANG, W. (2019). **Pulling the region into its orbit? China's economic statecraft in Latin America**. Journal of Chinese Political Science, [s.l.], v. 24, n. 3, p. 433–449. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11366-018-09603-w>. Acesso em: 30/05/2022
- LU, W. et al. (2014). **Assessment of energy security in China based on ecological network analysis: a perspective from the security of crude oil supply**. Energy Policy, Amsterdam, v. 74, p. 406–413. Nov. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.enpol.2014.08.037>>. Acesso em: 30/05/2022
- MOURA, R. S. de. (2018). **Las reformas económicas de China y la geopolítica del petróleo: un análisis de política exterior a la luz de la cuestión energética**. Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 27–58. Disponível em: <<https://doi.org/10.21530/ci.v13n3.2018.819>>. Acesso em: 30/05/2022
- MUYZENBERG, ; ISSOVA, L.; JUMATAI, G. (2018). **The problem of energy security in the PRC foreign policy. International Relations and International Law Journal**, [s.l.], v. 82, n. 2, p. 118–124. Disponível em: <<https://bulletin-ir-law.kaznu.kz/index.php/1-mo/article/view/791>>. Acesso em: 30/05/2022
- NUNES, T. A. (2018). **A relevância estratégica da Venezuela a partir da perspectiva da segurança energética da China**. Revista Intellector, Pelotas, v. 15, n. 30, p. 134–147. Disponível em: <<https://www.revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/289>>. Acesso em: 30/05/2022
- NYMAN, J. (2014). **'Red storm ahead': securitisation of energy in US–China relations**. Millennium: journal of international studies, London, v. 43, n. 1, p. 43–65. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0305829814525495>>. Acesso em: 30/05/2022
- PAIVA, I.; CASTRO, N. J. de; LIMA, A. (2017). **Aspectos teóricos e analíticos da segurança energética e os desafios do setor elétrico brasileiro**. Rio de Janeiro: GESEL- Grupo de Estudos do Setor Elétrico UFRJ. (Texto de Discussão do Setor Elétrico, n. 71). Disponível em: <http://gesel.ie.ufrj.br/app/webroot/files/publications/26_tdse_71.pdf>. Acesso em: 30/05/2022
- PALACIOS, L. (2008). Latin America as China's energy supplier. In: ROETT, R.; PAZ, G. (Ed.). **China's expansion into the western hemisphere: implications for Latin America and the United States**. Washington: Brookings Institution Press.
- Red ALC-China. (2021). Database of Monitor of Chinese infrastructure in Latin America and the Caribbean 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3MOHfLB/>> Acesso em: 30/05/2022
- ROCHA, F. F. da (2016). **Acesso chinês a recursos naturais na América Latina**. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa

- de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPGE/disserta%C3%A7%C3%B5es/2016/Felipe%20Freitas%20da%20Rocha%20.pdf>>. Acesso em: 30/05/2022
- ROCHA, F. F. da; BIELSCHOWSKY, R. (2019). **La búsqueda de China de recursos naturales en América Latina**. Revista CEPAL, Santiago de Chile, v. 2018, n. 126, p. 9–29. Fev. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.18356/42d98ae6-es>>. Acesso em: 30/05/2022
- SHAOFENG, C. (2011). **Has China's foreign energy quest enhanced its energy security?** China Quarterly, Cambridge, v. 207, p. 600–625. Sept. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0305741011000671>>. Acesso em: 30/05/2022
- SONG, Y.; ZHANG, M.; SUN, R. (2019). **Using a new aggregated indicator to evaluate China's energy security**. Energy Policy, Amsterdam, v.132, p. 167–174. May 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2019.05.036>. Acesso em: 30/05/2022
- SOVACOOOL, B. (2011). **The Routledge handbook of energy security**. London: Routledge.
- SUTTER, R. G. (2012). **Chinese foreign relations: power and policy since the Cold War**. 3th ed. Lanham: Rowman & Littlefield.
- TASCA, T. G. (2018). **Do interesse nacional à estratégia de segurança energética: um diálogo epistemológico**. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 63–83. Disponível em: <<https://doi.org/10.26792/rbed.v5n1.2018.75082>>. Acesso em: 30/05/2022
- TAYLOR, M. (2014). **The Chinese State, oil and energy security**. London: Palgrave Macmillan. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9781137350558>. Acesso em: 30/05/2022.
- TROMBETTA, M. J. (2018). **Fueling threats: securitization and the challenges of Chinese energy policy**. Asian Perspective, Baltimore, v. 42, n. 2, p. 183–206. Apr./Jun 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1353/apr.2018.0008>>. Acesso em: 30/05/2022
- UN (2019). **United Nations commodity trade statistics database**. New York. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/data/>>. Acesso em: 30/05/2022
- VASQUEZ, P. I. (2018). **China, oil, and Latin America: myth vs. reality**. Washington: Atlantic Council. Mar. 2018. Disponível em: <<https://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2018/03/china-oil-latam-final.pdf>>. Acesso em: 30/05/2022
- VASQUEZ, P. I. (2019). **China's oil and gas footprint in Latin America and Africa**. International Development Policy, Geneva, v. 11, n. 1, p. 1–22. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/poldev.3174>. Acesso em: 30/05/2022.
- WEI, Y. (2019). **Issues decisive for China's rise or fall: an international law perspective**. Singapore: Springer. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-981-13-3699-7>. Acesso em: 30/05/2022
- WORLD BANK GROUP (2019). **Commodity markets outlook**. Washington. Apr. 2019. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/992831556034429620/pdf/Commodity-Markets-Outlook-April-2019.pdf>. Acesso em: 30/05/2022.
- WU, K. (Oct. 2014). China's energy security: oil and gas. Energy Policy, Amsterdam, v.73, p. 4–11, Oct. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2014.05.040>. Acesso em: 30/05/2022.
- WU, W. (2015). **China and Latin America's energy future: the case of oil**. In: BAGLEY, B. M.; KASSAB, H. S.; MOULIOUKOVA, D. (Ed.). The impact of emerging economies on global energy and the environment: challenges ahead. Washington: Lexington Books. p. 55–78.
- XU, Y.-C. (2006). **China's energy security**. Australian Journal of International Affairs, [s.l.], v. 60, n. 2, p. 265–286. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10357710600696175>>. Acesso em: 30/05/2022
- YERGIN, D. (1991). **The prize: the epic quest for oil, money, & power**. New York: Simon & Schuster.
- ZHANG, H. Y.; JI, Q.; FAN, Y. (2013). **An evaluation framework for oil import security based on the supply chain with a case study focused on China**. Energy Economics, Amsterdam, v. 38, p. 87–95, July 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.eneco.2013.03.014>>. Acesso em: 30/05/2022
- ZHANG, J. (2015). **China's oil industry, international investment and developing countries**. In: FREEMAN, C. P. (Ed.). Handbook on China and developing countries. Cheltenham: Edward Elgar. p. 287–317. Disponível em: <<https://doi.org/10.4337/9781782544210>>. Acesso em: 30/05/2022
- ZHENG, Y. (2017). **Evaluating China's oil security and overseas oil investment**. American Journal of Industrial and Business Management, [s.l.], v. 7, n. 8, p. 959–972, Aug. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4236/ajibm.2017.78069>>. Acesso em: 30/05/2022
- ZIEGLER, C. E. (2006). **The energy factor in China's foreign policy**. Journal of Chinese Political Science, Singapore, v. 11, n. 1, p. 213–244. Disponível em: <https://doi.org/10.1142/9789814656306_0008>. Acesso em: 30/05/2022